

REFLEXÕES SOBRE GESTÃO AMBIENTAL NOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS DE ENSINO SUPERIOR

*Dinara Paixao (acusticaufsm@yahoo.com.br); Dilmar Paixão (dilmar.paixao@ufrgs.br);
Amanda Sagrilo (amandavs94@gmail.com); Elaise Gabriel (elaisegabriel@hotmail.com)*

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Brazil

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) - Brazil

Palavras chaves: gestão ambiental, desenvolvimento institucional, universidades.

A Universidade é um espaço complexo, que abriga pessoas e seus valores, por isso necessita respeitar as diferenças e enfatizar a preservação ambiental. Ela é responsável pelos ensinamentos que disponibiliza aos profissionais egressos dos seus cursos de graduação e pós-graduação. Essas pessoas terão atuações na sociedade e, alguns deles, vão retornar para a Universidade, como docentes. O texto tem o objetivo de propor reflexões sobre a maneira como a gestão ambiental é tratada no documento denominado Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de universidades públicas brasileiras. O estudo empregou duas linhas de análise. A primeira considerou as cinco instituições mais destacadas em classificação reconhecida pelo Ministério da Educação. A segunda linha considerou uma análise regionalizada com instituições antigas e recentes. Além disso, é demonstrada a complexidade da gestão ambiental numa universidade, por meio da exemplificação de ações e necessidades. A maioria da comunidade acadêmica não conhece o PDI, embora ele esteja no site da universidade e tenha sido elaborado com a participação de seus representantes. A gestão política e administrativa das universidades é respeitada e prestigiada nas comunidades, portanto pode ser exemplo e influir, positivamente, ao adotar políticas sérias e viáveis de gestão ambiental. Os resultados enfatizam que a Universidade precisa contribuir, apontar rumos, sugerir alternativas, elaborar pensamentos, pesquisar situações, projetar resultados e estudar contextos, incentivando e se direcionando para o bem da coletividade.

1. INTRODUÇÃO

A Universidade é um espaço complexo, maior do que as suas dimensões institucionais físicas e geográficas. Abriga a convivência de distintas pessoas e seus valores. Apresenta, portanto, responsabilidade pública, gerando a necessidade de reflexões problematizadoras, que favoreçam condições adequadas para a vida humana.

A construção de ideias em espaços coletivos de conhecimento, instigadas por responsabilidade social, que respeitem as diferenças e enfatizem a preservação ambiental é o principal fundamento esperado da instituição universitária.

As políticas gestoras, que determinam os rumos das instituições, constam em documentos, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), geralmente publicados em seus respectivos sites. Há requisitos especificados na legislação do setor educacional que aproximam a redação dos documentos oficiais de distintas instituições.

A missão, a visão, os princípios e os valores são quatro pontos referenciais que orientam a gestão, pois mencionam objetivos, como: o desenvolvimento da educação superior, a excelência e o compromisso social, a formação das pessoas e a ênfase ao conhecimento capaz de promover as transformações sociais necessárias e inadiáveis. (PAIXÃO, 2018)

A autonomia universitária, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a pluralidade, a democracia e o respeito à dignidade da pessoa humana, correspondem aos desafios de pronunciar os valores da responsabilidade social, da transparência, da inclusão, da inovação, da internacionalização e da interdisciplinaridade. (PAIXÃO, 2018)

Pelo artigo 207 da Constituição Brasileira, as universidades possuem autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, correspondendo ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988).

A gestão de uma universidade é mais do que a administração ou o gerenciamento de uma entidade legalmente estabelecida, pois a estimativa de seus recursos pode ultrapassar o orçamento de muitos municípios brasileiros.

Além disso, é preciso reconhecer que o desenvolvimento tecnológico, juntamente com as formas de organização social, tornou os seres humanos responsáveis por intervenções na natureza, que exploram de maneira exaustiva os recursos ambientais, via de regra de forma predatória e desordenada, sem a preocupação com a escassez ou a extinção de espécies.

É importante, por isso, adotar um desenvolvimento que englobe não somente os aspectos econômicos, mas também a preocupação com a preservação da ambiência natural, com atenção em fatores sociais, culturais e políticos, com o intuito de fazer uso dos recursos do planeta de forma racional, sem esgotá-los, permitindo a manutenção da boa qualidade ambiental para as gerações futuras.

Assim, destaca-se a importância da gestão ambiental, conceituada por Christie, Rolfe e Legard (1995) como um conjunto de disciplinas e técnicas que direcionam as organizações, de maneira que seus processos resultem mais limpos, prevenindo a poluição e as perdas dos insumos e recursos. Maimon (1999) ressalta que a gestão ambiental é um conjunto de procedimentos, os quais visam promover a gerência e a administração de uma organização e sua interação com o meio ambiente, determinando a conquista da qualidade ambiental desejada.

Observa-se, portanto, que são inúmeras as reflexões problematizadoras admissíveis, principalmente, sobre o sistema gestor, o compromisso e a educação social nas universidades públicas brasileiras.

2. OBJETIVO

O objetivo do estudo é propor reflexões sobre a presença da gestão ambiental, enquanto compromissos e práticas, nos Planos de Desenvolvimento Institucional de universidades públicas brasileiras.

3. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

A partir da identificação das instituições de ensino superior brasileiras no site do Ministério da Educação (MEC), optou-se por estabelecer duas linhas de análise. A primeira considerou as cinco instituições que apresentaram os melhores desempenhos no *ranking* elaborado pelo Jornal Folha de São Paulo e citado no site do MEC. A segunda linha teve por critério a regionalização no extremo sul do Brasil e, por isso, avaliou as sete universidades federais localizadas no Rio Grande do Sul, o estado mais meridional do Brasil, que faz fronteira com a Argentina e o Uruguai. Para corroborar a pesquisa particularizou-se o caso da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, estabelecendo-se uma análise combinada com propostas, visando colaborar para a melhoria da gestão ambiental na instituição.

O Ranking Universitário Folha (RUF) é uma avaliação anual dos 195 institutos públicos e privados de ensino do país, utilizando bases de dados e pesquisas de opinião. O resultado considera cinco componentes: ensino, pesquisa, mercado, inovação e internacionalização. A

ordem decrescente das melhores avaliadas, divulgada em 2018, contempla: Universidade de São Paulo (USP); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). (GRANATO, 2018)

Constata-se que todas essas universidades são públicas. Duas são estaduais (USP e UNICAMP) e localizadas no estado de São Paulo. As outras três são federais. Além disso, as quatro primeiras (USP, UFRJ, UFMG e UNICAMP) estão na região sudeste e a quinta (UFRGS) está na região sul do Brasil, por isso a importância do olhar regionalizado. Optou-se por analisar as sete universidades públicas federais do Rio Grande do Sul, as quais apresentam realidades diferentes, inclusive pelo fato de serem antigas ou recentes. Além da UFRGS, são elas: a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), a Fundação Universidade do Rio Grande (FURG), a Faculdade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (FFCSPA), a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

A partir do estudo do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de cada universidade, procurou-se identificar as questões relativas à gestão ambiental e, por fim, executou-se uma análise propositiva sobre a UFSM, para exemplificar os desafios enfrentados pelas instituições de ensino superior, cujas atividades de ensino, pesquisa e extensão são extremamente diversificadas.

4.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo da legislação que determina a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) pelas instituições de ensino superior inicia o item Resultados e Discussões. Na sequência, é apresentado um relato sobre os achados relativos às questões ambientais citadas nos PDI das universidades analisadas. A seguir, há a exemplificação das ações implementadas na UFSM, enfatizando as dificuldades enfrentadas por esse tipo de instituição, tendo em vista às diversificadas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

4.1 PDIs nas universidades brasileiras

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é uma das dimensões obrigatórias citadas no Art. 3º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. (BRASIL, 2004).

Além disso, o Art. 16 do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 estabelece os elementos mínimos que devem constar no PDI. Resumidamente, são eles: I- missão, objetivos e metas da instituição; II- projeto pedagógico; III- cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos; IV- organização didático-pedagógica da instituição; V- perfil do corpo docente; VI- organização administrativa da instituição; VII- infraestrutura física e instalações acadêmicas, como: biblioteca, laboratórios e acessibilidade; VIII- oferta de educação à distância; IX- oferta de cursos e programas de mestrado e doutorado; X- demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeira. (BRASIL, 2006)

Assim, o PDI orienta o crescimento, a trajetória e a direção projetada de cada universidade, constituindo-se num conjunto de políticas estimuladoras do comprometimento com os interesses da sociedade, por uma educação superior de qualidade, com a melhor aplicação dos recursos disponíveis.

4.2. A gestão ambiental no PDI das universidades estudadas

O Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade de São Paulo (USP) abrange o período de 2012 a 2017. Expõe medidas como a inclusão de critérios referentes à sustentabilidade nas compras e contratações de serviços (“compras verdes”) e a elaboração e implementação de Planos Diretores Socioambientais em todos os campi. As metas

incluem promover ações voltadas para a mobilidade sustentável, gestão de resíduos, gestão do uso do solo e redução dos impactos ambientais de edificações. Além disso, compromete-se a promover processos educativos (aulas, disciplinas, palestras, cursos, oficinas, campanhas, eventos) sobre sustentabilidade, para diferentes públicos da universidade. Há programas para a sustentabilidade na gestão hídrica e de energia. Percebe-se que, apesar de existirem comissões imbuídas da gestão ambiental, elas não se articulam nas decisões, embora a existência da superintendência de gestão ambiental na universidade (USP, 2014).

O PDI da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) contempla os anos de 2012 até 2023. Ele não destaca especificamente medidas de gestão ambiental ou sustentabilidade. Aborda o tema de forma superficial, em um tópico de gestão de riscos. Nesse tópico está previsto melhorar o desempenho em saúde e segurança, bem como a proteção do meio ambiente. Estabelece, também, como meta de longo prazo, a efetivação do PDI instituindo novas formas de fornecimento de energia, sustentável e limpa, para melhor eficiência das despesas com energia (UFRJ, 2018).

O Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), anos de 2013 a 2017, abrange a temática da gestão ambiental por meio de medidas de interferência. Conta com o Departamento de Gestão Ambiental, vinculado à Pró-Reitoria de Administração, criado para a preservação e proteção do meio ambiente. Cabe ao citado Departamento: a elaboração de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Químicos, a implantação de coleta seletiva de resíduos, a melhoria das condições de compostagem, tomar medidas adequadas para o descarte ou o reaproveitamento dos resíduos químicos e a regularização do licenciamento ambiental dos campi. (UFMG, 2013).

A Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) apresenta em seu Planejamento Estratégico, para os anos de 2016 a 2020, ações que promovam a sustentabilidade desenvolvendo a prática de preservação ambiental, incentivando o Campus Verde, promovendo a qualidade da vida, proporcionando acessibilidade e segurança no Campus e investindo na criação dos *living labs*, criando oportunidades de inserir o assunto sustentabilidade no cotidiano das atividades de ensino. O Planejamento Estratégico não estabelece metas ou como atingir esses objetivos. (PLANES, 2016).

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) traz metas em seu PDI, definido para os anos de 2016 a 2026, que buscam: melhorar a sustentabilidade e a gestão ambiental, por meio de estratégias que promovam a cultura da sustentabilidade; incentivar a captação e o aporte de pessoas, recursos tecnológicos e financeiros em benefício da universidade como um todo; aplicar as tecnologias desenvolvidas em seu próprio benefício; e fortalecer a política de sustentabilidade econômica, financeira, social e ambiental. Propõe um sistema de gestão ambiental que envolva ações no campo da educação ambiental, diagnósticos e planos de gestão ambiental monitorados por indicadores, que permitam avaliar os avanços na direção da sustentabilidade, embora não especifique esses indicadores. Como valores previstos no PDI da UFRGS, estão a responsabilidade social, a transparência, a inclusão, a responsabilidade ambiental, a promoção do bem-estar social, a inovação, a internacionalização e a interdisciplinaridade (UFRGS, 2016).

Além da UFRGS, que é a universidade mais antiga localizada no Rio Grande do Sul, o presente trabalho analisa as outras seis universidades federais situadas no estado, seguindo a cronologia decrescente de antiguidade. Destaca-se que a UFSM, a UFPEL e a FURG são instituições cinquentenárias, enquanto a UNIPAMPA e a UFFS estão na faixa dos dez anos.

Como instrumento de planejamento estratégico da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), o PDI 2016-2026 apresenta as Diretrizes das Políticas Institucionais, constituindo-se na quarta versão desse documento. O primeiro deles vigorou de 2001 a 2005, mas a

evolução significativa veio com o PDI 2011-2015, que agrupou seis objetivos num mapa estratégico, que previu a relação com a sociedade e o ambiente externo, organizada em duas direções. A primeira delas foi o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão com foco na inovação e sustentabilidade. A segunda trouxe a ampliação das ações de inclusão, acesso e acessibilidade, de cooperação e de inserção social. O PDI atual relaciona o planejamento e avaliação institucional; a governança, controle interno e gestão de riscos; a organização administrativa; as gestões de pessoas, orçamentária e ambiental; a tecnologia de informação; a assistência estudantil; a infraestrutura; a comunicação; a acessibilidade; a inovação, o empreendedorismo e a transferência de tecnologias. Um novo Projeto Pedagógico Institucional (PPI), com as diretrizes das políticas de ensino, de pesquisa e de extensão está presente no PDI. Sete desafios foram assumidos pela Universidade: a internacionalização; a educação inovadora e transformadora com excelência acadêmica; a inclusão social; a inovação, geração de conhecimento e transferência de tecnologia; a modernização e desenvolvimento organizacional; o desenvolvimento local, regional e nacional; e a gestão ambiental (UFESM, 2016).

A Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) tem o seu Plano de Desenvolvimento Institucional, de 2015 a 2020, no qual admite uma nova realidade diante de concepções educacionais voltadas a inovações, tecnologias e procedimentos construtivistas. Entre os objetivos está a formação de profissionais capazes de propor soluções para os problemas da sociedade. Estão estabelecidos 19 objetivos estratégicos, dentre os quais se pode destacar a intenção de: “atuar e comprometer-se com a formação da consciência socioambiental para a sustentabilidade” (UFPEL, 2015).

O PDI da Universidade do Rio Grande (FURG) para o período de 2019 a 2022 orienta seus objetivos e estratégias para a produção de conhecimentos, inovação e para a vida coletiva da instituição com a sociedade. O documento particulariza essas relações, firmando compromissos com a melhoria da qualidade ambiental dos seus campi e institucionalizando os processos de gestão ambiental, com vistas a conceitos transversais de sustentabilidade. Propõe-se a cuidar de áreas de banhados e lagos; de preservação integral; erradicar espécies invasoras e exóticas; arborização; recuperar áreas degradadas; bem como implantar sistema de tratamento de esgoto sanitário e de drenagem pluvial. A FURG se considera inserida “(...) de maneira particularmente privilegiada, num ecossistema costeiro, do qual formula sua orientação filosófica, características históricas, culturais e sociais próprias da posição ambiental regional” e deseja “(...) consolidar a imagem nacional e internacional de referência em educação, desenvolvimento tecnológico e estudo dos ecossistemas costeiros e oceânicos” (FURG, 2015, p.15-16).

A criação da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) foi resultado de reivindicações das comunidades da região considerada “metade sul” do Rio Grande do Sul. Surgiu para contribuir na integração e no desenvolvimento dos locais de fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Seu PDI 2014-2018 busca excelência acadêmica, integração e comprometimento com o desenvolvimento e com a formação de agentes para atuar em prol da região, do país e do mundo (UNIPAMPA, 2013). O processo de elaboração do seu novo PDI, para 2019-2023 está centrado em quatro eixos estruturantes: a excelência acadêmica, o aperfeiçoamento institucional, a dimensão humana e o compromisso social. Dentre os itens citados está o desenvolvimento sustentável.

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) tem estrutura multicampi e, mesmo com sede e foro no município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, estende-se à região do noroeste gaúcho, ao sudoeste do Paraná, na fronteira com a Argentina. No Rio Grande do Sul, tem sede nos municípios de Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo. Foi criada em 2009, situada na Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul e entornos. Essa região tem a agropecuária e a agroindústria como base da estrutura produtiva e grau de urbanização

baixo, concentrando parcela significativa da população na zona rural. A gestão da UFFS está organizada para funcionar em regime de administração descentralizada e democrática, por delegação de competência conferida pelo reitor, transparência nos serviços e processos, descentralizada em responsabilidades e competências, observando as demandas das comunidades local e regional, tendo o PDI por unidade de ação. Uma inovação importante são os órgãos consultivos. Além da Procuradoria Geral, há o Conselho Comunitário e o Conselho Estratégico Social (UFFS, 2016, p.21). Ao caracterizar-se como universidade pública, popular e de qualidade, a UFFS se empenha na formação da cidadania consciente e comprometida com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do Brasil, sendo democrática, autônoma, com pluralidade de pensamento e diversidade cultural (UFFS, 2016).

A Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) foi criada em 2008, a partir da transformação de uma fundação com quase meio século de existência e se destina, exclusivamente, a formar profissionais para cursos da área da saúde, sem a característica generalista das demais instituições universitárias. Seu PDI, de 2013 a 2017, distribuiu suas metas em cinco eixos: a qualificação da gestão; a expansão sustentada; qualificar ensino, pesquisa e extensão; assistência à comunidade interna e preservação da história institucional. A expansão sustentada visa ao aumento no número de cursos, programas e vagas na graduação e pós-graduação; implantar um novo local denominado Campus Santa Tereza; planejar a criação de campus fora da capital do estado; ambientes para a inovação; ampliar e aperfeiçoar o relacionamento institucional com a sociedade, divulgando a marca da instituição. O eixo qualificação da gestão também não faz referência às questões ambientais. O PDI de 2014 a 2019 propôs a consolidação dos objetivos e metas pactuados, projetando o crescimento e a expansão da universidade (UFCSPA, 2014).

O panorama público de instituições de ensino superior no Rio Grande do Sul poderia contemplar, ainda, a Universidade Estadual (UERGS) e os Institutos Federais, no entanto, tais instituições possuem outra modalidade político-administrativa e estrutural.

Constatou-se, na pesquisa, que a gestão ambiental mais efetiva encontra-se na USP (a universidade com o melhor desempenho no ranking) e na UFSM, as quais relacionam os mesmos tópicos de análise. O PDI 2016-2026 da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) expressa claramente ações sustentáveis efetivas, por isso optou-se por exemplificá-la, com a finalidade de demonstrar a complexidade da gestão ambiental universitária.

4.3. Ações de gestão ambiental na UFSM

A gestão ambiental da UFSM é setORIZADA nos seguintes tópicos: licenciamento ambiental; política ambiental; gestão dos resíduos sólidos; compras, contratações sustentáveis e logística reversa; proteção, recuperação e revitalização de áreas verdes; esgotos e efluentes; eficiência energética e energias alternativas; sustentabilidade hídrica, proteção, uso eficiente e reuso; e educação ambiental.

No âmbito das políticas ambientais, existe a Coordenadoria de Obras e Planejamento Ambiental e Urbano (COPA), órgão da Pró-reitoria de Infraestrutura (PROINFRA). Suas funções incluem a gestão de resíduos, ações de coleta seletiva e logística sustentável, licenciamento ambiental e infraestrutura e segurança convergentes a produtos químicos.

Quanto aos resíduos sólidos, a Universidade se depara com uma situação complexa, já que são produzidos, no dia-a-dia, todos os tipos de resíduos. Para minorar esse problema, a UFSM vem desenvolvendo diversas estratégias ao longo dos anos. Iniciou, na década de 90, com a coleta seletiva na Casa do Estudante e no Centro de Tecnologia, separando papéis e embalagens. Em 2003 e 2004, tiveram início a compostagem de resíduos orgânicos e a avaliação dos procedimentos relativos à separação dos resíduos hospitalares.

A coleta seletiva ganhou maior efetividade a partir de 2016, por meio de um acordo firmado com quatro associações de pessoas selecionadoras de resíduos na cidade de Santa Maria.

Iniciativas legais vinculadas às compras, contratações e especificação de produtos passaram a ser implantadas a partir de 2013 e 2014, quando se obteve um maior número de processos licitatórios vinculados à sustentabilidade, como, por exemplo, compras públicas sustentáveis de papel reciclado e sacolas ecológicas, entre outros.

O programa UMA - UFSM Sustentável prevê ações como a consolidação do plano de gestão de logística sustentável (PLS), com critérios de eficiência energética e de logística reversa. Nesse sentido, a UFSM inaugurou, em 2018, uma mini usina fotovoltaica, para minimizar o gasto mensal, que é de aproximadamente um milhão de reais com energia elétrica, para iluminar os quase cem prédios do campus-sede e fazer funcionar equipamentos de laboratórios e outros setores. (FERRAZ; MOTTER, 2018)

A vegetação nativa na beira de córregos e caminhos tem se reduzido conforme surgem novas edificações. O *campus*-sede da UFSM está localizado em áreas de campos naturais, capões de mato, banhados e vegetação arbustiva. Dessa forma, o uso de espécies nativas poderia auxiliar na manutenção dos corredores, com critérios para compor as paisagens do *campus*. O entornos e nascentes dos rios deveriam ser tratados como áreas de preservação permanente, protegendo os corpos d'água. No *campus* sede, observa-se um risco ambiental pela incorporação de novas propostas em detrimento da manutenção da vegetação nativa.

Ainda não foi implantada a separação de esgoto doméstico e de laboratórios, visto a ausência de redes e tratamento. Há pouca orientação sobre o descarte adequado. É urgente, portanto, a adaptação nos prédios existentes e a implementação em novas edificações, do descarte adequado de distintos esgotamentos.

Na UFSM não existe sistema de medição de energia individualizada por prédio, mas as novas edificações devem se enquadrar na Instrução Normativa 2, que estabelece que as edificações devem obter a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) de projeto classe A (mais eficiente). Para tal, precisa existir treinamento dos servidores responsáveis.

O abastecimento de água nos *campus* da UFSM é feito, em sua maioria, por captação subterrânea, mas o campus de Frederico Westphalen possui o fornecimento da Companhia Rio-grandense de Saneamento (CORSAN). O campus-sede possui cerca de 50 poços perfurados, entretanto o Hospital Universitário recebe o abastecimento da CORSAN. A captação de água da chuva existe, porém ainda não é significativa.

Para que todas essas ações vinculadas ao plano de gestão ambiental da UFSM possam ter êxito é necessário um programa contínuo de educação ambiental. Essas ações, no entanto, são pontuais, não existindo um programa voltado a essa prática.

A UFSM conta com um curso de Engenharia Sanitária e Ambiental e com um curso de especialização em Educação Ambiental à distância. Devido à característica de multidisciplinaridade, a UFSM constitui-se em um espaço de grande potencial para projetos que envolvam questões ambientais, por meio da implementação de disciplinas que foquem na gestão e no destino de resíduos gerados no exercício de cada uma das profissões para as quais forma os diferentes profissionais. Falta ainda, um maior incentivo para esse tipo de iniciativa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Universidade é responsável pelos ensinamentos que disponibiliza aos profissionais que forma, egressos dos seus cursos de graduação e pós-graduação em todos os níveis. Muitas dessas pessoas irão exercer atividades na comunidade e, inclusive, poderão retornar para a instituição, na função docente.

É necessário enfatizar, portanto, a importância da gestão ambiental, enquanto tema e prática na vida acadêmica, a fim de proporcionar a formação de agentes que atuem em prol da sociedade regional, do país e do mundo. É o exercício da cidadania consciente e comprometida com o desenvolvimento sustentável e solidário, reafirmando um compromisso institucional e da responsabilidade de cada pessoa ao se fazer profissional.

Ao propor reflexões sobre a presença da gestão ambiental nos Planos de Desenvolvimento Institucional de universidades brasileiras, alerta-se que a sustentabilidade seja abordada no cotidiano das salas de aula na construção transversal do conhecimento, pois se reveste em eixo de sustentação e viabilidade para a cidadania.

Mais do que ambiente de estudos, pesquisas, de preparação para o exercício de uma profissão, a universidade é um espaço diversificado, de miscigenação de culturas, regionalidades, aprendizados, socialização e descobertas.

Observa-se que os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), embora estejam nos sites das universidades e tenham sido elaborados com a participação de representantes dos seus públicos interno e externo, não são conhecidos pela maioria da comunidade acadêmica.

Os documentos oficiais mais recentes, todavia, demonstram novas movimentações, acatam mudanças na legislação, com potencialidades para serem exemplos a influir, significativamente, adotando políticas de gestão ambiental que sejam sérias, viáveis e adequadas às necessidades das populações.

Os resultados decorrentes da presente pesquisa apontam que as universidades precisam contribuir, promover debates, sugerir alternativas, discutir rumos, elaborar pensamentos, pesquisar situações, projetar resultados e estudar contextos, incentivando e se direcionando para o bem comum.

A gestão política e administrativa das universidades tem respeitabilidade formal, sendo organizações prestigiadas pela coletividade, mesmo as instituições sendo emergentes. Constituem-se, portanto, em exemplos que podem influir, significativamente, ao adotarem políticas sérias e viáveis de gestão ambiental.

Comprometer e comprometer-se são práticas universitárias a serem reforçadas, como forma de conscientização, emancipação e promoção da cidadania.

Incentivar reflexões, estimular questões e procedimentos, respeitar espaços de interdisciplinaridade, compartilhar saberes e se movimentar visualizando horizontes, como a transdisciplinaridade e a comunhão do saber técnico com o saber popular, são providências inadiáveis, em especial em temáticas como a gestão ambiental.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brasil. (1988) *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>.
- Brasil. (2004). *Lei nº 10.861. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/10.861.htm>.
- Brasil. (2006). *Decreto nº 5.773. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino*. Disponível em: <<http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm>>.
- Christie, I.; Rolfe, H.; Legard, R. (1995). *Cleaner production in industry: integrating business goals and environmental management*. London: Policy Studies Institute, 267 p.

- Ferraz, P.C; Motter, A. (2018). *Alternativa à geração de energia: Entenda como funciona a mini usina fotovoltaica inaugurada na UFSM*. In: *Revista Arco digital*.. Disponível em: <coral.ufsm.br/arco/sitenovo/?p=4839>.
- Granato, L. (2018). *A USP voltou a liderar o ranking após dois anos sendo superada pela UFRJ. Confirma as outras universidades do RUF 2018*. In: *As 10 melhores universidades do Brasil, segundo ranking da Folha*. São Paulo: *Jornal Folha de São Paulo*. Disponível em <<https://exame.abril.com.br/carreira/as-10-melhores-universidades-do-brasil-segundo-ranking-da-folha/>>.
- Maimon, D. (1999). *ISO 14001: passo a passo da implantação nas pequenas e médias empresas*. Rio de Janeiro: *Qualitymark*., 86 p.
- Paixão, Dilmar. (2018). *O compromisso da universidade com um quefazer público ao encontro da educação social e do bem viver: por uma pedagogia da comunicação universitária*. Tese doutoral (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Educação (UFRGS - PPGE). Porto Alegre, Brasil.
- Planes.(2016). *Planejamento Estratégico Universidade Estadual de Campinas 2016-2020/Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário*. Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.prdu.unicamp.br/areas2/planes/planes/arquivos/planes-2016-2020>>.
- Universidade de São Paulo – USP. (2014) - *Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI 2012-2017*. São Paulo. Disponível em: <<http://sites.usp.br/gvr/wp-content/uploads/sites/17/2014/01/PDI-VIIEncontro.pdf>>.
- Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. (2016). *Plano de Desenvolvimento Institucional*. Disponível: <https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/plano_de_desenvolvimento_institucional>.
- Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. (2013). *Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI 2013-2017*. Belo Horizonte. Disponível em: <https://www.ufmg.br/dai/textos/PDI_UFMG%202013_2017.pdf>.
- Universidade Federal de Pelotas - UFPEL. (2015). *Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI*. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/pdi/>>.
- Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. (2016). *Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI 2016-2026*. Santa Maria. Disponível em: <<http://pdi.ufsm.br/images/DocPDI/00-DocumentoPDI-TextoBaseCONSU.pdf>>.
- Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA. (2013). *Plano De Desenvolvimento Institucional-PDI*. Disponível em: <<http://porteiros.s.unipampa.edu.br/pdi/>>.
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. (2016). *Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI 2016-2020: Construa o futuro da UFRGS*. Porto Alegre. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pdi/PDI_2016a2026_UFRGS.pdf>.
- Universidade Federal do Rio Grande – FURG. (2014). *Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI 2015-2018*. Rio Grande. Disponível em: <<https://pdi.furg.br/>>.
- Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. (2018). *Reitoria U58 Plano de Desenvolvimento Institucional 2012 a 2023: informações institucionais: Reitoria / Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Disponível: <<https://ufrj.br/sites/default/files/documentos/2018/07/pdi-ufrj-2018-proposta.pdf>>.